

## **ESTRANGULAMENTOS, POTENCIALIDADES E INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR NORTE: A PERSPECTIVA DAS INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS\***

*Alexandre Dinis Poeta*

*Isolina Poeta*

*Artur Cristóvão*

*Dulce Vilas Boas\*\**

*As principais potencialidades, estrangulamentos, prioridades e iniciativas para o desenvolvimento local, nomeadamente no interior Norte, apresentadas nesta comunicação, são o resultado da perspectiva das Instituições sobre esta matéria.*

*O trabalho desenvolvido reflecte a visão integrada dos intervenientes (Instituições), deixando pistas para a intervenção estratégica a seguir, num futuro próximo.*

### **1. ENQUADRAMENTO: DECLÍNIO POPULACIONAL E CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS ÁREAS RURAIS DO INTERIOR NORTE**

O espaço rural português é um espaço heterogéneo e em mudança rápida. A análise dos principais traços da sua situação foi feita recentemente, por exemplo, por Carminda Cavaco (1994), Ferreira de Almeida *et al.* (1994), José Portela (1993 e 1999) e Oliveira Baptista (1993). De uma forma geral, como assinala Portela (1999: 49-50), «Em quatro décadas Portugal sofre uma

---

\*\* Docentes do Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

metamorfose. Tal como a borboleta livre não se espelha na pupa enclausurada e imóvel, também o meio rural de hoje não se revê no de meados do século. A configuração e o cariz agrícola e rural do país dos anos 50 desaparece. O mundo rural esvazia-se do que era seu e impregna-se do que chega de fora». Resumindo, este autor sublinha, tal como outros, que «o mundo rural desruraliza-se e urbaniza-se».

Ao falar do interior, Ferreira de Almeida *et al.* (1993: 125) apontam um conjunto de traços gerais, característicos da crise rural, nomeadamente: a situação periférica; a baixa densidade populacional; o envelhecimento da população; a estrutura produtiva débil e desequilibrada; o predomínio do sector agrário e dos serviços; uma indústria incipiente e pouco diversificada; a existência de poucas infra-estruturas organizativas do tecido industrial; o fraco nível de investimento; e a carência de infra-estruturas sociais.

A questão demográfica tem merecido particular atenção. Martins (1999) assinala que «O Norte Interior perdeu 29% da sua população residente entre 1960 e 1991», e acrescenta que «esta tendência para o esvaziamento populacional, de acordo com as estimativas divulgadas pelo INE, manteve-se ao longo da década de 90, com diminuições médias anuais próximas dos 0,6%». Na verdade, os estudos sobre o interior, nomeadamente para o caso de Trás-os-Montes (CEDRU, 1992), destacam a «tendência forte e constante para a diminuição da população», caracterizada por (análise das últimas 3 décadas) (CEDRU, 1992: 43-68): rarefacção demográfica concelhia generalizada; decréscimo acentuado da densidade populacional concelhia; desequilíbrio na estrutura etária e *sex ratio*; decréscimo da mortalidade bruta e infantil; queda da natalidade e fecundidade; intensa saída para o exterior; e grande fluxo para as áreas urbanas.

As razões para este fenómeno são globalmente conhecidas. Residem, essencialmente, na existência de fortes forças repulsivas, consubstanciadas no estado de desenvolvimento do território, em termos gerais, e na escassez de alternativas de vida digna, de acordo com os padrões hoje dominantes. A questão do emprego está implícita. De facto, nas áreas rurais do interior: faltam oportunidades de emprego; o pessoal qualificado é raro; o nível de formação, em geral, é baixo; e o espírito e a actividade empresariais são escassos. Nestas circunstâncias, é comum, como diziam Ferreira de Almeida *et al.* (1994: 131), os jovens em vias de entrar na vida activa prepararem, de forma quase sistemática, processos migratórios, ou, em alternativa, entrarem na via do assalariado, o qual é frequentemente acompanhado pela manutenção da actividade agrícola familiar. Por outro lado, em muitas áreas, começam a escassear as pessoas que ainda podem partir.

O presente trabalho insere-se num projecto de investigação que, partindo da problemática do declínio populacional no interior Norte, analisa o papel de novas actividades na criação de emprego. Parte-se de dois pressupostos

principais e de uma hipótese central:

- Por um lado, que **a falta de oportunidades de emprego é um dos principais factores de repulsão das populações para os centros urbanos do interior e para o litoral**. De facto, estudos recentes sobre Trás-os-Montes e Alto Douro (*Quatenaire*, 1996: 130-131) mostram os seguintes aspectos, relativamente ao emprego: a crescente libertação de mão-de-obra da agricultura, embora este sector continue a dominar; o incremento da população jovem com níveis de escolaridade mais elevados; o previsível aumento considerável da pressão de procura de emprego; uma oscilação sazonal acentuada da taxa de desemprego; a tendência para o aumento da taxa de desemprego, que é sobretudo feminino e de indivíduos com baixo nível de escolarização; o elevado peso do desemprego de longa duração; a dificuldade de integração dos desempregados, dada a reduzida oferta de emprego; a previsível dificuldade do sector terciário em manter a capacidade demonstrada para a absorção de mão-de-obra; e a fraca possibilidade da indústria atrair investimento e ganhar outra dimensão.
- Por outro, que **a luta contra a desertificação e o declínio das áreas rurais exige que se jogue, de forma inteligente, com todas as potencialidades regionais, através de iniciativas que mobilizem todos os sectores e conjuguem, criativamente, potencialidades endógenas e recursos externos**. Neste quadro, assume-se a hipótese de que a criação de novas actividades, valorizadoras dos recursos locais, apresenta significativo potencial para a criação de emprego (Cristóvão e Tibério, 1993; Pereira, 1995, 1999; Slee, 1989).

Assim, foram objectivos do Projecto: a identificação das principais causas de declínio populacional no meio rural transmontano; a identificação, caracterização e quantificação da importância de novas actividades (agrárias e não-agrárias) na criação de emprego; e a contribuição para a definição de linhas de actuação, tendo em vista a fixação e atracção populacional.

## 2. AS INSTITUIÇÕES LOCAIS E REGIONAIS E O DESENVOLVIMENTO

Uma das fases do trabalho constou de um inquérito a instituições locais e regionais ligadas ao desenvolvimento, tendo em vista conhecer a evolução do concelho/distrito/região e as dinâmicas criadas, existentes ou em emergência, particularmente em termos demográficos e económicos. No fundo, procurou determinar-se a "temperatura" do território ou o perfil do seu desenvolvimento. Para isso, foram colocadas questões do tipo: (a) Por que houve (ou não) declínio populacional? Quais os factores de repulsão (ou

atração)? (b) Qual o dinamismo existente (investimento, criação de emprego, etc.)? Quais os sectores envolvidos? Quais as actividades? Quais os territórios específicos? Porquê? Como? Quais os protagonistas? (c) Que sectores e actividades estão a regredir? Quais os territórios? Porquê? (d) Quais as tendências nos últimos 10 anos e as perspectivas para os próximos? Quais as condições para uma evolução favorável? Quais as potencialidades e prioridades?

Foram inquiridas Câmaras Municipais, Centros de Emprego, Associações de Desenvolvimento, Regiões de Turismo, Parques Naturais e Núcleos Empresariais, num total de vinte. Após a realização das entrevistas, agrupámos a informação recolhida em 4 Eixos Territoriais diferentes, cuja constituição se encontra no quadro 1.

**Quadro 1**  
**CONCELHOS ABRANGIDOS PELOS 4 EIXOS TERRITORIAIS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>	<b>Eixo 3</b>	<b>Eixo 4</b>
Vila Real	Vinhais	Lamego	Alfandega da Fé
Chaves	Bragança	Alijó	Miranda do Douro
Montalegre	Macedo	S. João da Pesqueira	Vila Nova de Foz Côa

Fonte: Projecto PRAXIS XXI

Ao procedermos à síntese que se segue, procurámos dar relevo às principais potencialidades de cada Eixo, pondo em evidência a diversidade de oportunidades de desenvolvimento, que assistem a estas zonas do interior. Procurámos, igualmente, abordar as questões que atravessam, horizontalmente, as opiniões dos entrevistados.

A primeira ideia que ressalta, da opinião dos entrevistados, é que as zonas rurais não constituem, apenas, suportes funcionais dos centros “urbanos/industriais”, tendo como única função o fornecimento de bens e serviços (alimentos, mão-de-obra, etc.).

De igual forma, parece consensual não ser possível que, em zonas rurais desvitalizadas, venham a emergir grandes espaços “urbanos/industriais” capazes de, por si só, potenciar os equipamentos colectivos que já existem ou venham a existir, bem como outros factores geradores de bem estar.

A questão é saber como inverter a situação e criar, nas zonas a desenvolver, núcleos populacionais alargados, integrando espaços urbanos

com espaços rurais. As respostas foram várias, dando conta das muitas preocupações que afectam os inquiridos e que passamos a apresentar.

### 3. VISÃO SOBRE OS PRINCIPAIS ESTRANGULAMENTOS

No que respeita aos principais estrangulamentos que afectam a região, tentámos sintetizá-los de acordo com os quatro Eixos definidos. Assim, para cada Eixo, os principais estrangulamentos apontados foram (quadro 2):

**Quadro 2**  
**PRINCIPAIS ESTRANGULAMENTOS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>	<b>Eixo 3</b>	<b>Eixo 4</b>
Deficientes vias de comunicação; Débil estrutura empresarial; Declínio populacional; Escassos recursos humanos qualificados.	Deficientes vias de comunicação; Declínio populacional; Insuficientes infra-estruturas básicas e de saúde; Débil estrutura empresarial; Escassos recursos humanos qualificados; Centralização do poder.	Deficientes vias de comunicação; Declínio populacional e envelhecimento da população; Insuficientes infra-estruturas básicas e de saúde; Débil estrutura empresarial; Escassos recursos humanos qualificados; Centralização do poder.	Deficientes vias de comunicação; Declínio populacional e envelhecimento da população; Insuficientes infra-estruturas básicas e de saúde; Débil estrutura empresarial.

Fonte: Projecto PRAXIS XXI

Conforme se pode observar, de uma forma unânime, é sempre colocado o problema das **acessibilidades**. São necessárias mais e melhores vias de comunicação. É, por isso, urgente a conclusão dos itinerários principais e a construção de novas vias de circulação secundária, permitindo, deste modo, uma maior mobilidade e intensidade de relações entre a população.

Nesta ordem de ideias, é urgente ligar alguns núcleos populacionais (cidades, vilas e aldeias) que, nalguns casos, poderão vir a atingir densidades superiores a cem mil habitantes (observe-se que, à excepção de algumas áreas metropolitanas, são raras as cidades desta dimensão) e “exigir” um tratamento

igual àquele que é dado para situações idênticas. Trata-se de equacionar o problema dos investimentos públicos (saúde, educação, transportes, comunicações, cultura, infra-estruturas, etc.), das relações de competência e dos orçamentos.

A diminuição da distância e do tempo, através de acessos rápidos (nalguns casos nem acessos existem), levará os municípios e/ou as juntas de freguesia a unirem esforços no sentido de desenvolverem planos directores integrados, que permitam solucionar problemas de urbanização, saneamento, água, electricidade, transportes, educação, qualidade de vida, etc., como resposta ao incremento na procura das zonas rurais, em alternativa residencial às zonas urbanas, o que já acontece.

Esta dinâmica poderá permitir a apropriação do espaço rural de várias formas, estimulando o fluxo de bens e serviços entre rural e urbano, nos dois sentidos, já que muitos dos bens e serviços reclamam escala e que, por isso, só poderão estar disponíveis num ou noutro lugar, compensando, de certa forma, a regressão populacional do campo a favor da cidade.

A virtualidade desta simbiose, como defendem os promotores da referida ideia – **centros urbanos de média dimensão** –, reside na capacidade dos núcleos populacionais alargados serem capazes de reconverter (dinamizar) as zonas rurais inseridas dentro do seu perímetro de influência. O importante é que cada um, rural e urbano, seja preservado, garantindo a sua autonomia e a sua sustentabilidade.

A complementaridade entre o rural e o urbano terá, portanto, muitos benefícios para diversas áreas da actividade económica, social e mesmo para actividades recreativas e de lazer, mas a crítica que une a maioria das opiniões é que, neste processo, os agentes de decisão política não têm levado em consideração as desvantagens comparativas, resultantes de anos consecutivos de isolamento e atraso a que esteve submetida toda esta região.

Por isso, reclamam que o sistema de **incentivos versus tributação** não tenha um critério horizontal, tratando de igual forma os agentes económicos, independentemente do lugar onde desenvolvam a sua actividade, que não terá a mesma probabilidade de sucesso nas diferentes regiões do país.

A par, afirmam, ainda, que os **critérios de decisão** deveriam ser da exclusiva responsabilidade dos órgãos locais e/ou regionais, transferindo para as autarquias, associações de municípios, delegações regionais dos diferentes ministérios e outros tipos de associações e organismos, competências e orçamentos compatíveis com a tomada de decisão.

Face ao enquadramento feito em torno das acessibilidades, centros populacionais de média dimensão, competências e orçamentos, procurámos saber de que outras potencialidades dispõe a região que lhe permitam o desenvolvimento.

#### 4. VISÃO SOBRE AS PRINCIPAIS POTENCIALIDADES

Tal como procedemos anteriormente, agrupámos no quadro 3 a informação referente às principais potencialidades da região, tal como perspectivadas pelos inquiridos.

**Quadro 3**  
**POTENCIALIDADES DOS EIXOS TERRITORIAIS**

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>	<b>Eixo 3</b>	<b>Eixo 4</b>
Turismo Indústria do Cal- çado Fumeiro Artesanato	Turismo Recursos endóge- nos (floresta, caça, pesca, carne, fumeiro, castanha e mel) Agro-pecuária	Agricultura (vitivinicultura e fruticultura) Turismo	Recursos endóge- nos (floresta, vinho, azeite, amêndoa, cere- ja e raças autóctones) Turismo Recursos hídricos Artesanato

Fonte: Projecto PRAXIS XXI

Aqui destaca-se, pela insistência com que foi referido, o seguinte:

##### **A – Turismo**

O turismo é, na maior parte dos casos, a primeira referência. De algum modo, este parece ser a panaceia para muitos males, aparecendo aos olhos de muitos como o melhor recurso, ainda mal aproveitado, de uma região que efectivamente tem potencialidades. As várias modalidades de turismo (**rural, de habitação, paisagístico, caça e pesca, tradição e gastronomia, parques naturais, golfe, jogo, hipismo, radical, etc.**) devem ser acarinhadas, não esquecendo que elas constituem, não só uma fonte directa de riqueza mas, também, uma fonte indirecta, através do seu efeito multiplicador. À sua volta gravita uma série de outras actividades que, a pouco e pouco, dão resposta às solicitações do mercado. Nesta perspectiva, o turismo foi equacionado em várias vertentes:

- a) Turismo e património natural: Parques Naturais; Vale do Douro e seus afluentes; Paisagem Vinhateira; Amendoal; Olival; Albufeiras.
- b) Turismo e património construído: Núcleos históricos das cidades; Mosteiros; Igrejas; Quintas; Solares.

- c) Turismo e gastronomia: Fumeiro; Queijos; Pão; Gastronomia tradicional.
- d) Turismo e artesanato: Barro; Linho; Lã; Cestaria; Cutelaria.
- e) Turismo de recreação e lazer: Caça; Pesca; Desportos; Jogos de casino; Golfe.
- f) Turismo termal: Termas de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas.
- g) Turismo radical: Escalada; Canoagem; “Rafting”.

## **B – Recursos endógenos**

Na sequência da inventariação das potencialidades, o que os responsáveis pelas instituições mais valorizam são os recursos endógenos existentes na região. Afirmam que o território deve ser o receptáculo do valor acrescentado daquilo que se oferece ou se produz.

Deste modo, apontam ser necessário recuperar actividades dirigidas a nichos de mercado, de forma a valorizar: **matérias-primas** (granitos, xistos, talco, rochas ornamentais, madeira, etc.); **produtos alimentares** (carne de raças autóctones, enchidos, castanha, vinho, azeite, amêndoa, cereja, entre outros); ou ainda **produtos finais não alimentares** (serviços, águas termais, recursos hídricos, várias formas de energia – eólica, hidroeléctrica, geotérmica).

## **C – Agricultura e riqueza ambiental**

Quanto abordam o tema da agricultura, fazem questão em afirmar que não existe, apenas, uma agricultura mas várias (agricultura intensiva, familiar, agricultura mais ou menos virada para o mercado, agricultura com sistemas agrícolas tradicionais, biológica, etc.). Reconhecem que todas são igualmente indispensáveis, na medida em que asseguram papéis fundamentais, tais como, o fornecimento de bens alimentares e industriais, a ocupação física e humana do espaço e a protecção e reprodução ambiental.

Distinguem, todavia, quatro aspectos:

1. É necessário criar condições para os produtores eficientes, aqueles que produzem a preços de mercado, podem utilizar, integralmente, a sua capacidade produtiva. Nesse sentido, reclamam prerrogativas que lhes permitam proteger a diversidade regional (ambiental), como, por exemplo, usando os direitos de plantação, as quotas leiteiras ou os níveis de produção atribuídos a cada Estado-Membro. Tais direitos deverão ser criteriosamente usados, de forma a criar “reservas” que protejam os produtos de reconhecida qualidade, como é o caso do Vinho do Porto, entre muitos outros.



2. Para as áreas com reduzidas aptidões agrícolas, isto é, com custos de produção unitários superiores aos preços de mercado (produtores não eficientes), deverão ser, preferencialmente, dirigidas acções com objectivos de natureza ambiental, social e rural. Assim, sublinham ser preciso apoiar a utilização dos recursos disponíveis, fora e dentro das explorações, de modo a fixar as populações e a preservar os recursos naturais e a paisagem.
3. Não se pode ignorar a situação da população de idosos, na maior parte dos casos pouco escolarizados e, face à impossibilidade da sua reconversão, é necessário garantir-lhes um rendimento mínimo, em complemento da agricultura tradicional quando inseridos em áreas de fraca aptidão agrícola ou, caso contrário, por cessação da actividade.
4. É necessário estimular e desenvolver as fileiras dos produtos com características agro-tecnológicas marcadamente regionais (vinho, castanha, azeite, raças autóctones, etc.), a par de outros, como a floresta, que consolidem o tecido económico e social.

Quanto à riqueza ambiental, consideram ser um património que importa valorizar como um recurso de elevado potencial económico e social. Tratando-se de um bem que não tem, presentemente, mercado e, conseqüentemente, não tem preço, as mais-valias deverão ser colhidas através das actividades que lhe estão associadas, como a agricultura, turismo, a caça e pesca, as florestas, as actividades extractivas e tantas outras, que promovem o desenvolvimento, desde que geridas com critérios de sustentabilidade, isto é, com princípios de equidade social, equilíbrio ambiental e eficácia económica.

## 5. PRIORIDADES E PRINCIPAIS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

As principais prioridades apontadas pelos municípios resumem-se no quadro 4:

**Quadro 4**  
PRIORIDADES E PRINCIPAIS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO

<b>Eixo 1</b>	<b>Eixo 2</b>	<b>Eixo 3</b>	<b>Eixo 4</b>
Loteamento industrial; Energia eólica (com UTAD e FEUP); Energia solar para as estufas (com a UTAD); Apoio ao investimento no sector do turismo.	Loteamento industrial; Melhoria das infra-estruturas básicas para a fixação da população; Melhoria da zona histórica para atracção turística (Bragança); Saneamento básico nas aldeias; Promoção de feiras de fumeiro e de artesanato.	Loteamento industrial; Realização e participação em feiras e exposições (Vidouro e Ex-podouro).	Melhoria das vias de comunicação municipais; Saneamento básico nas aldeias; Espaços de lazer, cultura e desporto; Melhoria da qualidade do espaço urbano; Melhoria dos serviços de saúde e de ensino.

Fonte: Projecto PRAXIS XXI

Para todos os entrevistados, o loteamento industrial é uma grande prioridade. Por outro lado, não deixam de referir a necessidade de infra-estruturas básicas, que permitam a fixação da população, como reflexo da qualidade de vida.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observámos, todos os eixos apontam o **turismo** como uma das mais fortes potencialidades. Deste modo, o leque de oferta deve ser alargado, aproveitando a riqueza ambiental e patrimonial da região, dada a falta de alojamento e restauração em alguns concelhos, nomeadamente os dos Eixos 1 e 4.

Por outro lado, a agro-pecuária poderá ser uma actividade com algum incremento, uma vez que a ela estão ligadas outras, como o turismo e produtos de qualidade.

No que respeita aos estrangulamentos, o ponto comum a todos os Eixos diz respeito às acessibilidades, falta de qualificação da mão-de-obra e débil

estrutura empresarial. Antes de terminarmos realçamos, ainda, dois aspectos fundamentais no processo de desenvolvimento da região e, claramente, expressos pelos inquiridos.

## **A – Recursos educativos**

Se é verdade que cada vez mais se verifica o princípio da igualdade de **oportunidades educativas**, baseado numa oferta escolar “padrão” e, só mais recentemente e a medo, aparecem outras modalidades de acção educativa, não é menos verdade que existe um “défice” de recursos humanos qualificados nas regiões do interior e rurais, o que constitui, como vimos, um estrangulamento ao desenvolvimento. Por isso, é preciso um esforço no investimento a todos os níveis de formação – formal e informal – porque, em boa medida, por aqui passa o desenvolvimento local e regional.

1. No aspecto formal são indispensáveis as Universidades, como são indispensáveis os Institutos Politécnicos ou as Escolas Secundárias e Profissionais<sup>1</sup>. Todavia o esforço na escolarização deverá começar no Ensino Básico e na Educação de Infância, sendo certo que, nalguns casos, é tanto mais importante quanto maior for a sua incidência no meio rural. Há, em muitos lugares, Escolas do Ensino Básico fechadas e, na grande maioria, nunca houve escolas de Educação de Infância.
2. No aspecto informal, a opção estratégica deverá ser o Ensino Recorrente ou de Adultos, baseado numa óptica diferente da do ensino regular, uma vez que o seu grupo-alvo é, cada vez mais, a população escolar que não obteve sucesso ou abandonou precocemente a escola. A promoção, divulgação, expansão, requalificação e apoio a bibliotecas, museus, centros polidesportivos, teatros, centros e associações culturais faz parte da valorização dos recursos educativos e do processo de formação.

## **B – Potencial humano**

A desertificação humana é um problema grave no interior. As causas são várias e, sem qualquer preocupação de ordenamento, sugeriram-nos algumas durante as entrevistas.

Decorrente da formação e do sucesso escolar, coloca-se o problema da retenção do capital humano, isto é, o **emprego** e, conseqüentemente, a fixação das pessoas. Nesta matéria, sublinham, o desemprego não afecta de igual modo os vários sectores de actividade e as diferentes categorias de trabalhadores, pelo menos nas regiões do interior.

Sem dúvida que as infra-estruturas básicas, a requalificação de áreas urbanas, a construção de equipamentos culturais e recreativos, em suma, a melhoria das condições de bem estar e de acessibilidades são necessárias para motivar a fixação e a atracção de pessoas e actividades. Todavia, estas condicionantes, por si só, não são capazes de criar emprego e a sua problemática foi equacionada em duas vertentes.

1. Por um lado, as instituições e os serviços públicos estão mais ou menos saturados e, a verificarem-se ganhos de produtividade, menos recorrerão ao mercado de trabalho. Aqui, alguma oferta de emprego apenas se verificará se ocorrer extensão dos serviços ou das instituições a nível local ou regional. No entanto, parece haver uma grande expectativa nos serviços de proximidade, ou de **apoio social**, antes garantido pelo agregado familiar mas agora sem estruturas que respondam, efectivamente, às necessidades.

Ora o interior está, do ponto de vista demográfico, envelhecido e não será possível, nem aconselhável, retirar todos os idosos para centros, que lhes prestem os cuidados que outrora eram garantidos pelo agregado familiar.

No grupo etário dos mais jovens existe, de igual forma, um problema semelhante e, em ambos os casos, faltam as soluções adequadas que satisfaçam a procura crescente.

Neste tipo de serviços parecem perspectivar-se algumas possibilidades de emprego, se houver vontade política para reconverter a forma de prestação de serviço público, como são os lares e as creches.

2. Por outro lado, de novo nos chamam à atenção para a necessidade, já referida antes, de quebrar a inércia existente no sector empresarial, criando um novo enquadramento (incentivos/obrigações/acompanhamento/informação) que permita aos investidores condições mais vantajosas do ponto de vista da competitividade – algo como uma Zona Franca.

A prioridade, sublinham muitos inquiridos, deverão ser as **micros e pequenas e médias empresas** no domínio do comércio, dos serviços às empresas e dos serviços pessoais, a par da hotelaria e da indústria transformadora. Neste quadro (pequenas e médias empresas), está subjacente o facto de grandes empresas recorrerem, frequentemente, à contratação e subcontratação de outras empresas, satisfazendo estas as necessidades complementares das primeiras. Nesta perspectiva, parece haver uma oferta, em fileira, de bens e serviços, como são nitidamente o caso da construção civil e da hotelaria, entre outros. Isto é tão importante quanto se reconhece que a construção civil é, provavelmente, a actividade com maior expressão no interior e o turismo a aposta a ganhar no futuro. O emprego passará, necessariamente, por aqui.

Neste contexto, é determinante a capacidade dos actores regionais e locais, públicos e privados, em interacção com o exterior, para definirem e levarem a cabo estratégias de minoração dos estrangulamentos e de valorização das potencialidades identificadas. A expectativa é que tais estratégias contribuam para a revitalização das áreas rurais do interior Norte, propiciando novas oportunidades de negócio (de iniciativa individual e colectiva, pública, privada e associativa), criação de emprego, retenção de mais-valias e distribuição de riqueza, aspectos vitais para manter a população e dar vida aos territórios. Este aspecto foi, também, estudado no âmbito desta investigação e será objecto de futuros artigos e comunicações.

As ideias expostas deixam ampla margem para reflexão, nomeadamente sobre a cultura institucional em que o desenvolvimento se processa e, em particular, sobre a possibilidade de uma alargada concertação estratégica e maior autonomia regional, as quais implicam novas práticas institucionais, novos processos de decisão e acrescido envolvimento dos cidadãos (Syrett, 1999). Isto é, uma ruptura com as práticas institucionais hoje dominantes.

## NOTAS

\* A presente comunicação insere-se num projecto de investigação, financiado pelo Programa PRAXIS XXI, intitulado “Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano”.

<sup>1</sup> Leia-se a propósito o artigo do Jornal *Público*, com o título “A Macrocefalia Universitária de Moreira” (23/2/99).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F.; AMARAL, J. F. do; BORREGO, A.; CAPUCHA, L. e FERRÃO, J. (1994), *Regiões Rurais Periféricas: Que Desenvolvimento? Uma Experiência no Concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS/CIES.
- BAPTISTA, F. O. (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora do Texto.
- CAVACO, C. (1994), *Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local*, Lisboa, PAOT, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional.
- CEDRU (1992), *Estudo sobre a Região Transfronteiriça de Trás-os-Montes/Zamora. Alto Trás-os-Montes e Douro*, Vol. 2<sup>A</sup>, Lisboa, CEDRU.
- CRISTÓVÃO, A. e TIBÉRIO, M. L. (1993), “Elementos para uma Estratégia de Desenvolvimento Endógeno”, *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Nº 9, p. 24-29.
- MARTINS, L. Saldanha (1999), “Em Torno de uma Ruralidade em Regressão e sobre um Processo de Concentração Urbana: A População do Interior Norte”, *Comunicação ao Seminário PRAXIS XXI “Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano e Criação de Emprego”*, Vila Real, UTAD/DES.
- PEREIRA, F. (1995), “Novas Dinâmicas de Diversificação da Agricultura Transmontana: O Caso das Actividades Agrárias Não-Convencionais”. *Estudos CAMAR*, Nº 8, Vila Real, UTAD/DES.
- PEREIRA, F. (1999), “Novas Actividades Económicas em Meio Rural”, *Comunicação ao Seminário PRAXIS XXI “Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano e Criação de Emprego”*, Vila Real, UTAD/DES.
- POETA, A. (1999), “Declínio Populacional no Espaço Rural Transmontano e Criação de Emprego”, *Comunicação ao Seminário PRAXIS XXI*, Vila Real, UTAD/DES.
- PORTELA, J. (1993), “Agricultores e Agriculturas: Que Futuros? Memória para um Debate Urgente”, *In Dois Contributos para o Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*. Lisboa, Ministério da Agricultura, pp. 109-310.
- PORTELA, J. (1999), “O Meio Rural em Portugal: Entre o Ontem e o Amanhã.” *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXXIX (1-2), p. 45-65.
- QUATENAIRE (1996), *Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro. Relatório Final*, Vol. 1, Porto, ed. do Autor.
- SLEE, B. (1989), *Alternative Farm Enterprises: A Guide to Alternative Sources of Income for the Farmer*, Guilford, Kings Lynn, Farming Press.
- SYRETT, S. (1999), *A Política de Desenvolvimento Regional/Local nas Regiões Desfavorecidas, Desafios do Futuro*.